

LEI N.º 0643/2005, de 28 de julho de 2005.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMONTADA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Amontada, Estado do Ceará,

USANDO das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Amontada aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

Art. 1.º - Fica instituído o Plano Municipal de Educação, com duração de 10 (dez) anos.

Art. 2.º - O Plano Municipal de Educação foi elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Educação.

Art. 3.º - O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado do Ceará, como também, a Lei Orgânica do município.


Art. 4.º - O Plano Municipal contém a proposta educacional do município, com suas respectivas metas, objetivos e ações, conforme documento anexo.

Art. 5.º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, acompanhada pelo Conselho Municipal de Educação, realizar a execução e acompanhamento do Plano.

Art. 6.º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMONTADA-CE., aos 28 de julho de 2005.


Edvaldo Assis de Jesus
Prefeito Municipal

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Amontada
2005-2015

Apresentação:

Prezados Cidadãos/Cidadãs de Amontada:

Este Plano Decenal de Educação é um instrumento orientador do desenvolvimento sustentável em nosso Município. Nele estão contidos os anseios e as sugestões de uma parcela significativa do nosso povo que, reunido em um momento ímpar, aprofundou a discussão sobre este serviço em Amontada, identificando seus avanços, entraves e sugerindo metas e estratégias para o seu alcance.

Não obstante ter sido elaborado em um tempo exíguo – em função das circunstâncias que assim o exigiram – o referido instrumento contém no seu cerne os produtos da participação democrática na medida em que foi elaborado pelo conjunto de representantes da sociedade municipal.

Ele traz ainda consigo o compromisso de todos os que desejam ver Amontada com uma melhor qualidade de vida e, por isso mesmo, compreendem que o esforço para a consecução de suas metas será coletivo, cada um fazendo a sua parcela de movimento para que o todo alcance a sua unidade.

Ele traça onze grandes objetivos, elaborados como a resultante de uma equação na qual se combinam as competências legais do Município, o diagnóstico de sua situação, a análise de sua atuação e o desejo dos seus entes.

Esperamos, com este Plano, contribuir para a elevação da qualidade de vida do nosso povo a partir da sua instrumentalização diante dos grandes desafios que se apresentam no mundo contemporâneo.

Esperamos ainda a sua publicização e apropriação por toda a nossa sociedade. Somente assim teremos a Amontada com a qual todos sonhamos: bela, justa e democrática.

Edvaldo Assis de Jesus
Prefeito Municipal

ÍNDICE

Apresentação	2
O Município de Amontada	
Origens e Evolução Política	4
Caracterização Geográfica	4
Características Ambientais	5
Divisão Político-Administrativa	5
Índices de Desenvolvimento Social e Econômico	7
Aspectos Demográficos e Sociais	8
Educação	10
Nível de Escolarização da População Jovem	10
Quantidade de Escolas por Nível e Modalidade	10
Síntese da Situação das Escolas Municipais	12
Educação Infantil	14
Situação Municipal	14
Taxa de Escolarização na Educação Infantil	16
Objetivo 1 – Garantir os Padrões Mínimos nas Unidades de Educação Infantil	16
Objetivo 2 – Aperfeiçoar a Prática Pedagógica na Educação Infantil	18
Objetivo 3 – Tornar eficiente a Articulação Intersetorial no Desenvolvimento Infantil	19
Objetivo 4 – Desenvolver a Gestão Democrática da Educação Infantil	20
Ensino Fundamental	22
Objetivo 5 – Garantir os Padrões Mínimos para Acesso, Permanência e Sucesso.	24
Objetivo 6 – Melhorar os Resultados Escolares	27
Objetivo 7 – Aperfeiçoar a Prática pedagógica no Ensino Fundamental	30
Educação de Jovens e Adultos	32
Objetivo 8 – Garantir a EJA ampliando a sua Oferta	33
Educação Especial	34
Objetivo 9 – Ampliar o Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais	34
Valorização do Magistério	35
Objetivo 10 – Assegurar a Valorização do Magistério	36
Gestão	36
Objetivo 11 – Desenvolver a Gestão Democrática da Educação Municipal	36
Financiamento do Plano	38
Implementação de Acompanhamento	38

O MUNICÍPIO DE AMONTADA

ORIGENS E EVOLUÇÃO POLÍTICA:

O Município de Amontada tem as suas origens relacionadas ao processo de ocupação das ribeiras cearenses no desenvolvimento da criação do gado. Assim é que em meados do século XVIII foi estabelecido um povoamento às margens do rio Aracatiçu, denominado São Bento da Ribeira de Aracatiçu. Com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Amontada, no ano de 1757, foi iniciado o processo de desenvolvimento populacional em torno de uma capela cujo local ficou conhecido como São Bento da Amontada.

Anos mais tarde, por volta de 1800, a Capela tomou-se sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, condição que lhe seria tomada em 1845 com a transferência da Freguesia para Imperatriz. Nova Paróquia voltaria a ser instalada no ano de 1874.

Amontada sofreu na sua estruturação política reiteradas elevações e depressões: foi distrito em 1757, suprimido em 1838 e restaurado em 1842; Município em 1876, extinto em 1878, restaurado em 1884 e novamente extinto em 1892; restaurado em 1897 e extinto em 1905; restaurado em 1963 e suprimido em 1965.

Finalmente, em 1985 foi restaurada a sua condições de Município através da Lei 11.010 de 5 de fevereiro, sendo instalada a nova condição em 1º. de Janeiro de 1986.

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

ASPECTOS GERAIS

Características

Município de Origem - Itapipoca

Ano de Criação - 1985

Lei de Criação - 11.010

Toponímia - São Bento, São Bento de Amontada e Amontada.

Gentílico - Amontadense

POSIÇÃO E EXTENSÃO

Situação Geográfica

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Latitude(S) 3º. 29' 40 "

Longitude (WGr) 39º. 34' 43 "

MUNICÍPIOS LÍMITROFES

Norte: Oceano Atlântico

Sul: Miraima

Leste: Itapipoca

Oeste: Itarema, Acarau e Morrinhos

Medidas Territoriais

ÁREA

Absoluta (km²) – 1.179,59

Relativa (%) – 0,79

ALTITUDE – 40 m

DISTÂNCIA EM LINHA RETA A CAPITAL – 163,3 km

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

CLIMA

Tropical quente semi-árido / Tropical quente semi-árido brando

PLUVIOSIDADE – 828,5 mm

TEMPERATURA MÉDIA (C°) - 26°. A 28°.

PERÍODO CHUVOSO – Fevereiro a Abril

RELEVO

Glacis pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares e Depressão sertaneja

SOLOS

Podzólicos vermelho-amarelo, areias quartzozas marinhas, planossolo solódico, Solonchak e Solonetz solonizado

VEGETAÇÃO

Caatinga arbustiva aberta. Floresta mista dicotilo-palmácia. Complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifolia paludosa marítima

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Divisão territorial

DISTRITOS / ANO DE CRIAÇÃO

Aracatiara – 1936

Icarai – 1934

Garças – 1988

Lagoa Grande – 1988

Moitas – 1988

Nascente – 1988

Poço Comprido – 1988

Sabiaguaba - 1988

Regionalização

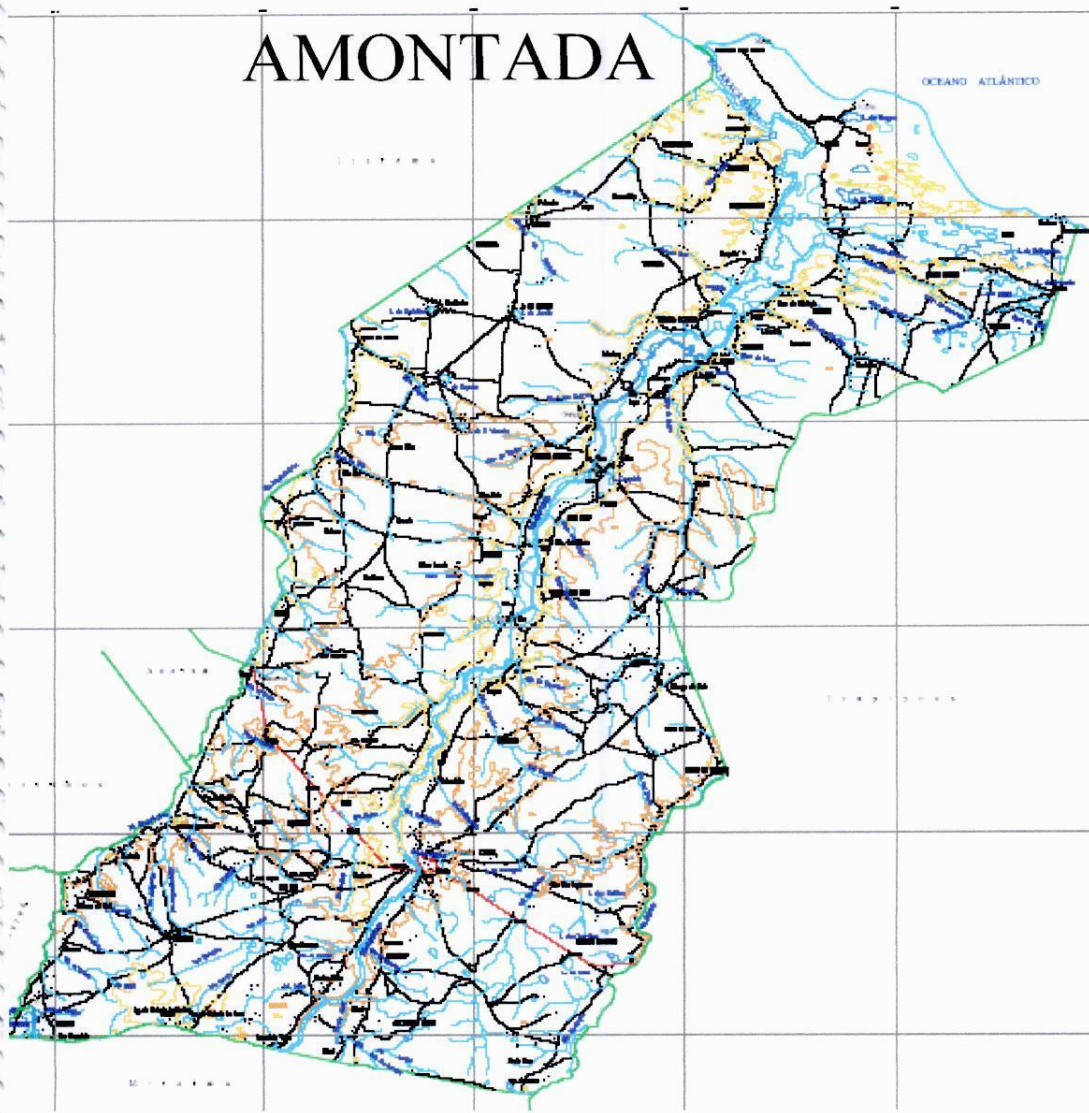
REGIÃO ADMINISTRATIVA – 02

MACRORREGIÃO DE PLANEJAMENTO – Litoral Oeste

MESORREGIÃO - Norte cearense

MICRORREGIÃO – Itapipoca

AMONTADA



ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

ÍNDICES	VALOR	POSIÇÃO NO RANKING
Índice de Desenvolvimento Municipal IDM ¹	18,06	149
Índice de Desenvolvimento Humano IDH	0,616	123
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado IDS-R	0,339	84

FONTE: IPECE/PNUD

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Amontada cresceu 21,98%, passando de 0,505 em 1991 para 0,616 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 62,6%, seguida pela Renda, com 24,0% e pela Longevidade, com 13,5%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 22,4%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 10,6 anos para alcançar Fortaleza (CE), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,786).

	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,505	0,616
Educação	0,511	0,720
Longevidade	0,619	0,664
Renda	0,384	0,464

Fonte: PNUD

Situação em 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Amontada é 0,616. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros municípios do Brasil, Amontada apresenta uma situação ruim: ocupa a 4366ª posição, sendo que 4365 municípios (79,3%) estão em situação melhor e 1141 municípios (20,7%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Amontada apresenta uma situação ruim: ocupa a 123ª posição, sendo que 122 municípios (66,3%) estão em situação melhor e 61 municípios (33,7%) estão em situação pior ou igual.

1

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

RENDA DA POPULAÇÃO

Percentual da População de acordo com a origem da renda.

Fonte	1991	2000
Renda proveniente do trabalho	83,9	34,88
De Transferências governamentais	13,16	24,85

FONTE: PNUD

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991 e 2000

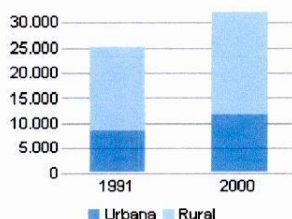
	1991	2000
% da população com mais de 50 % de sua renda proveniente de transferências governamentais	11,87	25,47
Proporção de Pobres (%)	88,9	79,8
Índice de Gini	0,49	0,72
Renda per capita Média (R\$ de 200)	38,9	62,8

FONTE: PNUD

A renda per capita média do município cresceu 61,45%, passando de R\$ 38,88 em 1991 para R\$ 62,77 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 10,22%, passando de 88,9% em 1991 para 79,8% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,72 em 2000.

DEMOGRAFIA

População Total, 1991 e 2000



No período 1991-2000, a população de Amontada teve uma taxa média de crescimento anual de 2,94%, passando de 25.161 em 1991 para 32.333 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 3,94, passando de 35,12% em 1991 para 36,50% em 2000.

Em 2000, a população do município representava 0,44% da população do Estado, e 0,02% da população do País.

População Residente – 1991 a 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	No.	%	No.	%
Total	25.161	100,0	32.333	100,0
Urbana	8.836	35,12	11.802	36,50
Rural	16.325	64,88	20.531	63,5
Homens	12.994	51,64	16.836	52,07
Mulheres	12.167	48,36	15.497	47,93

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/200

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991 e 2000

	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	59,7	52,0
Esperança de vida ao nascer (anos)	62,1	64,9
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	7,8	4,2

FONTE: PNUD

Estrutura Etária, 1991 e 2000

	1991	2000
Menos de 15 anos	11.606	13.347
15 a 64 anos	12.125	16.908
65 anos e mais	1.430	2.078
Razão de Dependência	107,5 %	91,2 %

FONTE: PNUD

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

DISCRIMINAÇÃO	1991	2000
Densidade demográfica (hab/km ²)	36,90	20,53
Taxa Geométrica de crescimento anual (%) ⁽¹⁾		
Total	0,45	2,83
Urbana	6,40	3,27
Rural	-1,59	2,58
Taxa de Urbanização	35,14	36,50
Razão de Sexo	106,8	108,64
Participação nos Grandes Grupos populacionais (%)		
0 a 14 anos	46,13	41,26
15 a 64 anos	48,19	52,29
65 anos e mais	5,88	6,43
Razão de dependência ⁽²⁾	107,51	91,23

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000

(1) Taxa para os períodos 1980/91 e 1991/00 para os anos de 1991 e 2000, respectivamente

(2) Quociente entre pessoas dependentes, isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto, pessoas entre 15 e 64 anos.

DOMICÍLIOS

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	MÉDIA DE MORADORES	
		MUNICÍPIO	ESTADO
Total	6.759	4,76	4,21
Urbana	2.688	4,38	4,10
Rural	4.071	5,01	4,51

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

EDUCAÇÃO

Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000

Faixa etária anos	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	46,2	29,4	-	-	-	-	69,2	93,5
10 a 14	30,2	14,8	93,0	61,6	-	-	75,6	92,4
15 a 17	29,8	8,6	76,3	27,9	99,4	87,1	45,1	78,7
18 a 24	29,9	15,3	63,9	40,7	91,6	72,0	-	-

QUANTIDADE DE ESCOLAS POR NÍVEL E MODALIDADE - 2004

	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Creche	-	24	01
Pré-Escola	-	30	01
1ª. a 4ª.	-	58	01
5ª. a 8ª.	02	46	-
Ensino Médio	02	-	-
EJA presencial	01	47	-
Educação Especial em salas sem recursos	-	33	-

FONTE: Censo Escolar 2004

Nº. DE SALAS EXISTENTES, UTILIZADAS E Nº. DE SERVIDORES E PROFESSORES

	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Salas Existentes			
Permanentes	49	285	07
Provisórias	-	25	-
Salas Utilizadas			
No estabelecimento	20	255	07
Fora do Estabelecimento	29	53	-
Funcionários	131	915	20
Professores	90	436	10

FONTE: Censo Escolar 2004

SÍNTESE DA SITUAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2004

	Quantidade de Escolas	%
1. Quanto ao Local de Funcionamento		
Funcionando em prédio escolar	54	62,79
Funcionando em outros prédios	10	11,63
2. Quanto às dependências existentes		
Com Secretaria	55	63,95
Sala de professores	06	6,98
Diretoria	08	9,30
Almoxarifado	20	23,26
Cozinha	62	72,09
Depósito de alimentos	56	65,12
Cantina	37	43,02
Refeitório	02	2,33
Sala para TV	-	
Biblioteca	01	1,16
Sala de leitura	12	13,95
Laboratório de informática	-	
Parque infantil	-	
Berçário	-	
Quadra coberta	01	1,16
Quadra descoberta	14	16,28
Sanitários dentro do prédio	87	100,00
Sanitários adequados à pré-escola	06	6,98
3. Quanto ao equipamento		
Fogão industrial	81	94,19
Fogão doméstico	02	2,33
Geladeira	10	11,63
Freezer	01	1,16
Filtro	86	100,00
Liquidificador	20	23,26
Videocassete	14	16,28
Aparelho de TV	22	25,58
Antena parabólica	10	11,63

Ventilador	15	17,44
Aparelho de som	27	31,40
Microcomputador pentium ou equivalente	01	1,16
Microcomputador 486/386	01	1,16
Impressora	01	1,16
4. Suporte		
Energia elétrica	86	100,00
Linha telefônica exclusiva para internet	-	
Abastecimento de água		
Rede Pública	21	24,42
Cacimba/Poço	66	76,74
Rio	04	4,65
Esgoto Sanitário		
Fossa	86	100,00
Destino do lixo		
Coleta	14	16,28
Queima	36	41,86
Joga em outras áreas	40	46,51
Programas Federais		
Renda Mínima	62	72,09
Programa Dinheiro Direto na Escola	44	51,16
Programa Nacional de Transporte Escolar	37	43,02
Programa Nacional de Biblioteca Escolar	27	31,40
Outros Programas Municipais	01	1,16
Programa de Alimentação Escolar		
FONTE: Secretaria de Educação do Ceará/Censo Escolar		

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, por ser a primeira parte da vida escolar da criança, ocupa especial atenção para as particularidades dessa faixa etária pois as primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente as pessoas.

Grandes avanços têm sido obtidos pelas ciências nos últimos anos em relação ao desenvolvimento nessa faixa etária, o que tem possibilitado à pedagogia o desenvolvimento de uma reflexão sobre a sua prática e a definição de procedimentos mais adequados para oferecer às crianças interessantes, desafiantes e enriquecedoras oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

É uma afirmação comum dizer que "A educação infantil inaugura a educação da pessoa".

O Plano Nacional de Educação estabeleceu como uma das metas para este nível de ensino que "todos os Municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais".

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE AMONTADA

O Município de Amontada já apresenta avanços na oferta deste nível de atendimento: os professores são graduados e a oferta de matrícula abrange tanto pré-escola quanto creches. Entretanto, ainda não é satisfatória a qualidade nessa oferta à medida que, várias prerrogativas para isso não são plenamente atendidas, entre as quais a adequação física dos prédios, o número de vagas não atingir a possível demanda populacional.

Alguns fatores precisam ser verificados no planejamento dessa oferta. Um deles é a tendência de crescimento da população que, de acordo com a tabela abaixo vem caindo percentualmente ao longo da última década.

População de 0 a 6 anos

Faixa Etária	ANO 1991		ANO 2000	
	Absoluta	Percentual	Absoluta	Percentual
Até 1 ano	742	2,95	797	2,46
1 a 3 anos	2485	9,88	2451	7,58
4 anos	867	3,45	895	2,77
5 anos	836	3,32	948	2,93
6 anos	887	3,53	964	2,98
População Total	25.161		32.333	

Por outro lado, a oferta de vagas mesmo não sendo suficiente, tem oscilado ao longo dos últimos anos. De acordo com o que expressam os dados na tabela seguinte, houve uma queda nessa oferta notadamente para crianças de 3 anos bem como uma pequena redução na ampliação que vinha acontecendo para o atendimento na faixa que vai de 4 a 6 anos. Isso pode ser uma consequência da adoção do ensino fundamental de nove anos que trouxe para esse nível as crianças com 6 anos.

Evolução da Matrícula na Educação Infantil em Amontada

ANO	CRECHES		PRÉ - ESCOLA	
	MATRICULA	TURMAS	MATRICULA	TURMAS
2000	314	08	825	23
2001	379	14	907	46
2002	413	19	1342	67
2003	369	12	1222	57
2004	220	07	1044	37

FONTE: Censo Escolar MEC

Matrícula por Idade na Educação Infantil – Rede Municipal

Idade	2001	2002	2003	2004
Menor de 3 anos	24	38	-	-
3 anos	211	375	364	220
4 anos	413	609	559	490
5 anos	460	733	668	554
6 anos	178	-	-	-

FONTE: Censo Escolar MEC

Outro fator a observar em relação a este nível são os dados referentes ao movimento final demonstrado conforme os dados seguintes, onde é possível verificar que o afastamento por abandono, mesmo ainda sendo preocupante, vem reduzindo ao longo dos anos.

Matrícula Final na Educação Infantil – Rede Municipal

	2000	2001	2002	2003	2004(*)
Admitidos após o censo	72	18	22	5	
Afastados por Abandono	223	92	104	83	
Transferidos	16	8	1	21	
Matrícula Final	959	1204	1649	1135	

Fonte: Censo Escolar

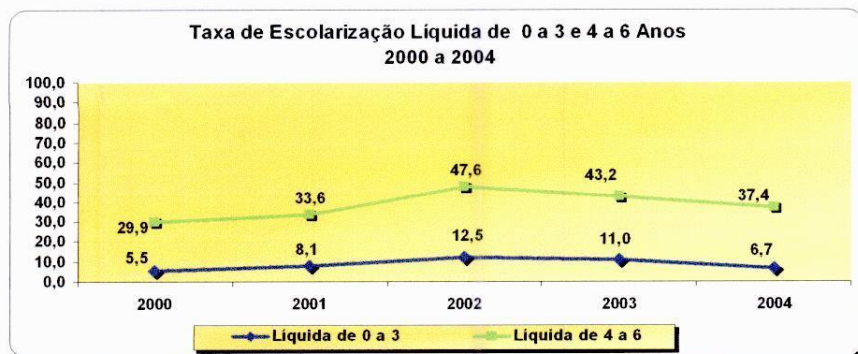
(*) Dados ainda não divulgados

Observando os dados seguintes, poderemos concluir que a taxa de escolarização líquida na educação infantil vem caindo nos últimos anos, o que demonstra a necessidade de empreender um grande esforço para que as metas do Plano Nacional que propõem "Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos" e "Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos" possa ser realizadas no Município.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM AMONTADA

ANO	POPULAÇÃO De 0 a 3 Anos	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO		População de 4 a 6 anos	Tx de Escolarização		Rede Municipal			
		Bruta	Líquida		Bruta	Líquida	Creche		Pré-escolar	
							Matric.	Fora de Faixa (%)	Matric.	Fora de Faixa (%)
2000	3.248	9,7	5,5	2.807	29,9	29,9	314	43,3	825	0,0
2001	3.338	12,5	8,1	2.885	33,8	33,6	379	39,3	907	0,0
2002	3.399	12,7	12,5	2.938	47,6	47,6	413	0,0	1.342	0,0
2003	3.469	11,3	11,0	2.999	43,2	43,2	369	1,4	1.222	0,0
2004	3.541	7,0	6,7	3.059	37,7	37,4	220	0,0	1.044	0,0

Fonte: CREDE 02



Define-se:

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA

É a relação entre o total de matrícula e a população da faixa etária adequada a este nível de ensino.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA

É a relação entre a matrícula na faixa etária adequada e a população dessa faixa etária.

Diante dessa realidade, torna-se imperiosa a definição de uma Política para o desenvolvimento da Educação infantil de modo que possa ser assegurada a expansão na oferta, a garantia de prédios com padrões mínimos de funcionamento, a articulação entre os diferentes setores e as demais garantias de qualidade neste atendimento.

OBJETIVO 1 – GARANTIA DOS PADRÕES MÍNIMOS PARA O FUNCIONAMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

São Metas do Plano Nacional:

- Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas,

que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- f) adequação às características das crianças especiais

Em Amontada ainda existe uma precariedade bastante presente na rede física onde funcionam as creches e pré-escolas. São comuns a existência de salas funcionando em espaços inapropriados tais quais casas cedidas/alugadas com pouco espaço físico e precárias condições de higiene, ventilação, iluminação e equipamentos.

Uma proposta feita pelos educadores da rede deverá contemplar a construção de creches com modelo padrão nas sedes dos distritos e na sede municipal que possam polarizar o atendimento, garantindo para isso, além do espaço adequado, o atendimento qualificado e a garantia do acesso a través do transporte escolar.

Essa medida, com certeza, deverá auxiliar a racionalizar a distribuição da oferta com qualidade na rede de educação infantil municipal, reduzindo as escolas inadequadas e isoladas.

Em paralelo, deverá ser realizado um levantamento físico da rede objetivando planificar as intervenções de construção, reforma, ampliação e adequação de espaços.

É importante considerar, nessas adequações, a implantação de espaços para lazer e repouso, higiene e adequação às necessidades especiais. Também deverá ser inserido no planejamento o equipamento de Parques infantis, brinquedotecas e bibliotecas infantis

METAS	AÇÕES
Construção de Unidades de Educação Infantil padronizadas nas sedes dos distritos e Sede Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de Projetos de construção que contemplem a padronização no que diz respeito às condições mínimas definidas• Adequação da Rede de Transporte Escolar para a clientela da faixa etária
Adequação dos espaços existentes nas localidades	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração do Levantamento da situação física e dos Projetos de Adequação• Realização das Intervenções Físicas

OBJETIVO 2 – APERFEIÇOAR A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A qualidade no atendimento da educação infantil envolve a oferta de serviços que reúnam o educar e o cuidar, o que constitui a essência do trabalho pedagógico neste nível da educação básica.

Para isso é uma das metas: Assegurar que, em três anos, todas as instituições de educação infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos, seus projetos pedagógicos.

Em Amontada, nenhuma escola de Educação Infantil possui seu projeto político-pedagógico elaborado. Isso demonstra uma carência grave na política em desenvolvimento à medida que não se explicita com clareza qual o propósito e quais as orientações pedagógicas para este nível de ensino.

Por outro lado, a formação inicial dos educadores vem se comportando, no Município, de acordo com os dados expresso na tabela abaixo, o que indica que há uma preocupação com a busca da habilitação necessária para atuação no sistema. Isso não implica, entretanto, que essa formação venha a suprir as necessidades específicas para atuar na educação de crianças abaixo dos seis anos.

Situação na Rede Municipal

Formação	2000	2001	2002	2003	2004
Fundamental Incompleto	19	10	06	06	-
Fundamental completo	16	100	-	04	02
Magistério Completo	82	42	88	107	47
Outra formação Médio	-	13	15	-	02
Superior com Licenciatura	05	48	59	49	21
TOTAL	122	123	168	160	72

Desse modo, além da formulação dos projetos político-pedagógicos, também será necessário o seu acompanhamento, a formação continuada dos educadores, a garantia dos recursos didáticos necessários e a articulação com os demais setores envolvidos.

Para que isso aconteça, deverá ser realizada uma capacitação dos profissionais diante dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação infantil, de modo que os mesmos possam orientar seus projetos pedagógicos a partir das orientações contidas nestes referenciais. A formação continuada deverá prosseguir diante das necessidades específicas para este atendimento

Em seguida, caberá uma capacitação aos técnicos que irão orientar a elaboração das propostas onde deverão também ser capacitados para a definição de um sistema de acompanhamento e supervisão.

METAS	AÇÕES
Todas as Escolas de Educação infantil deverão ter o seu projeto Político Pedagógico elaborado nos primeiros dois anos de vigência do Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de Professores • Capacitação de Técnicos Orientadores • Elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos • Acompanhamento dos PPP
Todos os Professores de Educação infantil deverão ser capacitados diante dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos Professores diante dos RCN • Formação continuada dos educadores para as necessidades específicas do atendimento • Formação continuada para a educação inclusiva dos portadores de necessidades especiais
A Rede de Educação infantil deverá ter sua sistemática de acompanhamento desenvolvida e implantada até o terceiro ano da vigência deste Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de sessões de estudo e discussão • Formatação de uma sistemática de acompanhamento pedagógico • Desenvolvimento do acompanhamento pedagógico
O Município deverá definir uma Política de Valorização para os Profissionais de Educação Infantil até o terceiro ano deste Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Plano de Cargos e Carreira do Magistério • Definição de uma Política de Valorização do Magistério contemplando os profissionais da educação infantil

OBJETIVO 3 – TORNAR EFICIENTE A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Já é de conhecimento comum o fato de que a educação infantil reúne as ações de cuidar e educar e que isso exige um articulação com os demais setores da sociedade que têm atuação junto a essa faixa etária. Isso significa que é uma meta a ser perseguida a formação de parcerias duradouras com os setores de saúde e assistência social tanto da rede pública quanto das organizações não governamentais existentes no Município.

Em Amontada já existe uma Comissão Municipal de Educação Infantil que reúne, além do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, também membros do COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e Comissão de Prevenção aos Maus tratos à Criança e ao Adolescente.

Embora a referida comissão venha demonstrando esforços no sentido de atingir os propósitos de integração intersectorial, ainda é necessário que os seus membros sejam mais bem engajados e que os gestores das respectivas áreas possam dar maior atenção aos seus trabalhos.

Outra meta a perseguir nessa articulação é relacionada à integração de programas e projetos inter setoriais , voltados para o desenvolvimento de ações sócio-educativas para crianças e suas famílias e otimização dos programas de apoio às famílias em situação de risco social.

O Programa Saúde da Família poderá ser um grande alavancador nessa integração intersetorial, na medida em que possui uma capilaridade no Município e já dispõe de uma rede de atendimento que permite chegar até às famílias envolvidas as ações que poderão ser propostas.

O Plano Nacional da Educação propões como meta *"Estabelecer, até o final da década, em todos os Municípios e com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde e assistência social e de organizações não-governamentais, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 e 3 anos, oferecendo, inclusive, assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema"* , o que deverá ser alcançado a partir dos esforços realizados em busca da articulação acima descrita.

METAS	AÇÕES
Formação de parcerias duradouras com os setores de saúde e assistência social tanto da rede pública quanto das organizações não governamentais existentes no Município.	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos Membros da Comissão de desenvolvimento Infantil • Desenvolvimento de projeto de sensibilização institucional para a importância do trabalho parceiro • Definição de programa de ação comum entre os diferentes setores
Integração de programas e projetos inter setoriais , voltados para o desenvolvimento de ações sócio-educativas para crianças e suas famílias e otimização dos programas de apoio às famílias em situação de risco social	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento social para famílias em situação de risco, realizados de maneira intersetorial • Acompanhamento e Controle dos Programas e projetos em desenvolvimento • Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União e dos Estados

OBJETIVO 4 – DESENVOLVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A gestão da rede municipal de educação infantil deverá perseguir o funcionamento em teia onde a informação possa fluir de maneira rápida, garantindo a eficiência nas ações e a possibilidade de respostas imediatas, seguindo os princípios da eficiência, da descentralização e da democracia.

Para que isso aconteça será necessário estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade.

Outra ação a ser realizada diz respeito à seleção e formação dos gestores, de modo que os mesmos possam desenvolver as ações necessárias para uma boa gestão da rede municipal de educação infantil.

Também deverá constituir-se em uma meta a ser perseguida, a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

METAS	AÇÕES
Parâmetros de Qualidade Definidos até o segundo ano do Plano	<ul style="list-style-type: none">• Definição dos Parâmetros de Qualidade na Educação infantil• Desenvolvimento e implementação da sistemática de Acompanhamento
Todas as Escolas de Educação infantil deverão ter constituídos mecanismos de gestão compartilhada com a sociedade até o final da vigência do Plano	<ul style="list-style-type: none">• Definição do processo de seleção e formação continuada dos gestores• Implantação, acompanhamento e reforço às ações de conselhos escolares e/ou agremiações similares

ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. O art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

O Plano Decenal de Educação Nacional estabelece que nos cinco primeiros anos de sua vigência, o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. Para tanto, propõe como metas a alcançar:

- Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos, com a colaboração da União e dos Estados.
- Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.
- Transformar progressivamente as escolas uni docentes em escolas de mais de um professor, levando em consideração as realidades e as necessidades pedagógicas e de aprendizagem dos alunos.
- Associar as classes isoladas uni docentes remanescentes a escolas de, pelo menos, quatro séries completas.
- Assegurar, dentro de três anos, que a carga horária semanal dos cursos diurnos compreenda, pelo menos, 20 horas semanais de efetivo trabalho escolar.
- Eliminar a existência, nas escolas, de mais de dois turnos diurnos e um turno noturno, sem prejuízo do atendimento da demanda.
- Proceder a um mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.

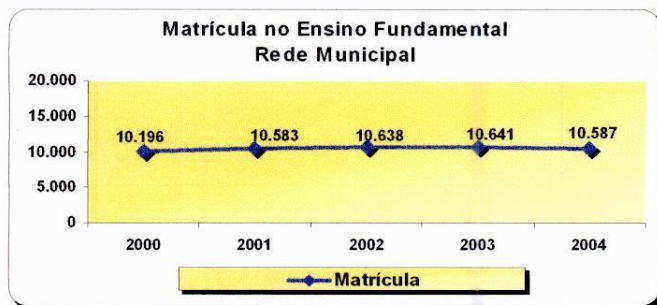
No Município de Amontada, a taxa de escolarização líquida já alcançou a sua universalização, como se pode observar nos dados que são expostos abaixo.

**População de 7 a 14 anos e matrícula do Ensino Fundamental Total e de 7 a 14 anos
2000-2004**

Ano	População	Matrícula		Taxa de Escolarização	
		Total	7 a 14	Bruta	Líquida
2000	7.292	11.909	7.904	163,3	108,4
2001	7.496	11.945	7.936	159,4	105,9
2002	7.633	11.801	8.270	154,6	108,3
2003	7.791	11.581	8.226	148,6	105,6
2004	7.950	11.416	8.001	143,6	100,6

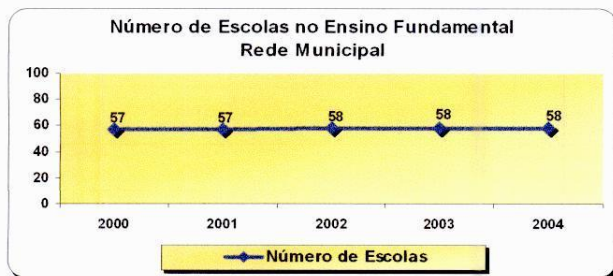
Fonte: SEDUC/CREDE 02

**Matrícula do Ensino Fundamental na rede Municipal
2000-2004**



Ano	Matrícula Total	% de Crescimento
2000	10.196	-
2001	10.583	3,80
2002	10.638	0,52
2003	10.641	0,03
2004	10.587	-0,51

Número de Escolas do Ensino Fundamental na rede Municipal



Ano	Total de Escolas	% de Crescimento
2000	57	-
2001	57	0,00
2002	58	1,75
2003	58	0,00
2004	58	0,00

Mesmo tendo atingido a universalização do atendimento, o mesmo ainda apresenta problemas que deverão ser corrigidos em nome da qualidade do ensino ofertado, entre os quais:

- Existências de salas multi-seriadas
- Professores polivalentes nas series de 5ª. a 8ª.
- Tímida implantação do ensino fundamental de 9 anos
- Acompanhamento e monitoramento do atendimento precário
- Baixa qualidade em programas de apoio (transporte escolar e merenda)
- Insatisfações do magistério com relação à remuneração e à jornada de trabalho
- Resultados escolares preocupantes
- Alta distorção idade série
- Escolas sem projeto político pedagógico definido
- Inadequação de alguns espaços físicos
- Carências físicas e materiais nas unidades escolares
- Baixa participação da sociedade na gestão educacional

Diante dos problemas expostos, este Plano propõe para o alcance das metas de ampliação da carga horária, da implantação do turno integral e da garantia de acesso, permanência e qualidade no ensino fundamental do Município de Amontada, os seguintes objetivos, metas e ações:

OBJETIVO 5 – GARANTIR OS PADRÕES MÍNIMOS PARA O ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO ESCOLAR

Em Amontada ainda existe a necessidade de construção de mais vinte e cinco salas de aula, além de ... de acordo com a demanda abaixo expressa:

Escola / Localidade	Construções Demandadas
Dr. Perilo Teixeira/ Mosquito	01 sala – 01 Secretaria
Dr. Rigoberto Romero de Barros / Lagoa do Jardim	01 sala
Francisco José Magalhães / Arengas I	01 sala
Jonas Pereira Azevedo / Moitas	01 sala – 01 Secretaria
Raimunda Menezes Parente / Jurema	01 Sala
Cirilo Gomes Garcez / Nascente	01 Secretaria
José Coelho de Morais / Trinta e Nove	01 Sala
Professora Luiza Teles - Aracatiara	01 Secretaria
João Rodrigues de Melo – Campo Grande	01 Sala
Antônio Damião Neto - Varjota	01 sala
Antônio Elizeu de Barros - Cabatã	01 Sala
Domingos Carlos Damasceno - Pacovas	01 Sala
Edgar Flor dos Santos - Freixeiras	01 Sala
Edimilson Cardoso - Tucuns	01 Sala
Eudes dos Santos Melgaço - Rodela	01 Sala
Francisco Estevão de Assis - Sabiaguaba	01 Secretaria
João Batista de Lima – Córrego das Moças	01 Sala
Miranda	01 Escola de 02 salas
Centro	01 Escola de 04 salas
Buenos Aires	01 Escola de 03 salas
Patos Bela Vista	01 Escola de 02 salas

Na fase de elaboração deste plano também foram identificadas diversas necessidades de recuperação, reforma, adequação entre outras interferências físicas, o que aponta para a necessidade de um estudo pormenorizado em relação à rede física do município de modo a identificar as intervenções urgentes e de médio prazo para que se estabeleçam as condições físicas necessárias, a distribuição racional da oferta de vagas e a adequação das escolas, de modo que se atinja a meta proposta para a nação brasileira que é a de assegurar que todas as unidades escolares possam garantir padrões mínimos de funcionamento observando os oito itens seguintes:

a) Espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;

Recomendações neste sentido são feitas no sentido de que as adequações e novas construções sigam as orientações da arquitetura tradicional da região de modo a aproveitar melhor a luminosidade e ventilação existente, o acesso e os devidos cuidados com as fontes hídricas e o aproveitamento da infra-estrutura já existente. Convém observar que muitas escolas demandam a pintura das paredes, construção de muros e reparos nas redes elétricas e hidráulicas.

b) instalações sanitárias e para higiene;

Todas as unidades escolares dispõem de sanitários dentro dos prédios, entretanto não há dados suficientes para verificar suas atuais situações em relação à existência de chuveiros e pias nessas dependências. No entanto, observando a forma do abastecimento hidráulico expresso nos dados abaixo é possível inferir a precariedade nas condições exigidas, o que deverá orientar o Município a buscar alternativas para a ampliação, não apenas das instalações sanitárias mas, sobretudo, do abastecimento da água nas mesmas.

Abastecimento de água	No. de Escolas	Percentual
Rede Pública	21	24,42
Cacimba/Poço	66	76,74
Rio	04	4,65

c) Espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;

Em relação a essa exigência, a situação do Município é expressa pelos dados seguintes:

Espaço/Equipamento	No. De Escolas	Percentual
Quadra coberta	01	1,16
Quadra descoberta	14	16,28
Almoxarifado	20	23,26
Cozinha	62	72,09
Depósito de alimentos	56	65,12
Cantina	37	43,02
Refeitório	02	2,33

Sala para TV	-	-
Biblioteca	01	1,16
Sala de leitura	12	13,95
Laboratório de informática	-	-
Parque infantil	-	-

É possível constatar a precariedade das escolas diante de espaços e equipamentos de lazer e de reforço cultural. Já com relação aos serviços de alimentação escolar, os equipamentos atingem a quase totalidade dos prédios públicos, havendo reivindicações relacionadas à melhoria na qualidade do serviço e dos produtos. Tal realidade aponta para a necessidade de investimentos na construção de quadras esportivas e outros equipamentos de lazer, esporte e reforço cultural nas unidades ou em pólos que possam servi-las.

d) adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;

Não existem dados que comprovem que os prédios escolares estão adaptados às pessoas portadoras de necessidades especiais, devendo ser realizado um estudo pormenorizado, não apenas da rede física, mas da potencial demanda e especificidades para a referida adequação. Entretanto, já é recomendável inserir neste estudo e em projetos de novas construções, a implantação de rampas de acesso, o alargamento de portas e a adequação de sanitários para pessoas com dificuldades na locomoção.

e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;

Apenas uma escola da rede possui Biblioteca, enquanto que doze outras possuem salas de leitura. Será necessário prever recursos orçamentários para a ampliação deste serviço bem como o desenvolvimento de campanhas junto à sociedade para o abastecimento de novos títulos e de periódicos.

f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

Em relação a este item será necessário desenvolver um programa de acompanhamento sistemático ao patrimônio de modo que eventuais perdas possam ser evitadas através de uma manutenção permanente, reforço na segurança dos prédios e aquisições permanente de móveis e equipamentos indispensáveis ao bom trabalho nas unidades.

Mobiliário/Equipamentos	Escolas que os Possuem	Percentual
Fogão industrial	81	94,19
Fogão doméstico	02	2,33
Geladeira	10	11,63
Freezer	01	1,16
Filtro	86	100,00

26

Liquidificador	20	23,26
Videocassete	14	16,28
Aparelho de TV	22	25,58
Antena parabólica	10	11,63
Ventilador	15	17,44
Aparelho de som	27	31,40

g) telefone e serviço de reprodução de textos;

Nenhuma escola possui linha telefônica que permita o desenvolvimento da inclusão digital a partir da escola. Também não há serviços de reprografia que permitam reduzir o tempo do professor na preparação das tarefas que necessitam de textos e/ou outros impressos. Portanto, é necessário estabelecer como meta que, pelo menos nas escolas sediadas nas vilas sedes de distrito, bem como na sede do município, possam vir a ter acesso à rede mundial de computadores seja via telefonia, seja por outras tecnologias em desenvolvimento. Também deverá ser estabelecido, como meta a aquisição de máquinas copiadoras nas escolas de maior porte, de modo a reduzir esforços dos profissionais com essa etapa de preparação.

h) informática e equipamento multimídia para o ensino.

De acordo com o censo escolar de 2004, apenas uma escola possui computador e utiliza-o apenas para serviços administrativos. Diante da conjuntura tecnológica atual, atrasar a inclusão digital dos alunos é condenar toda uma geração do município a ficar a margem dessa linguagem contemporânea, o que urge medidas no sentido de garantir espaços onde essa ferramenta possa ser apreendida e incorporada nos procedimentos educacionais do município.

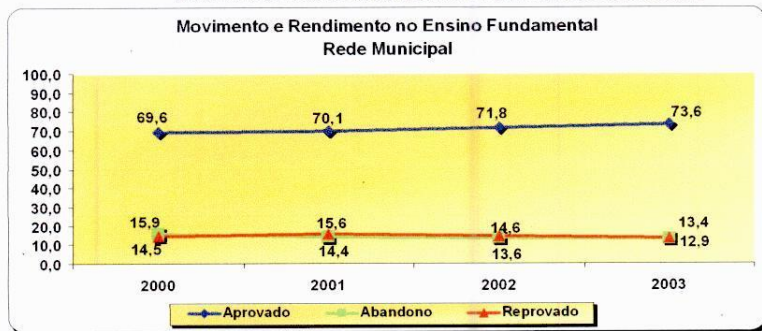
De posse com esse estudo – o qual deverá ser realizado em um prazo curto, já no primeiro ano da vigência do plano – buscar-se-ão os recursos financeiros necessários para o alcance da meta proposta, incluindo as ações nos respectivos planos plurianuais e na busca de parcerias com os demais entes federativos.

METAS	AÇÕES
Dotar as unidades escolares com os padrões mínimos necessários, construindo, ampliando e adequando as unidades escolares previstas	<ul style="list-style-type: none"> Realização de estudo pormenorizado da real situação física da rede escolar Definição de Plano de ação visando à adequação, construção, ampliação e equipamento seguindo as orientações contidas neste plano

OBJETIVO 6 – MELHORAR OS RESULTADOS ESCOLARES

Os dados apostos a seguir, expressam os resultados que estão sendo alcançados pelo Município de Amontada nos últimos anos.

Movimento e Rendimento do Ensino Fundamental na rede Municipal



Ano	Movimento e Rendimento		
	Aprovado	Abandono	Reprovado
2000	69,6	15,9	14,5
2001	70,1	14,4	15,6
2002	71,8	13,6	14,6
2003	73,6	12,9	13,4

Observando os números referentes ao rendimento escolar vê-se que a reprovação ainda é um fator de estrangulamento na rede de ensino o que tem contribuído para a preservação de uma alta taxa de distorção na relação idade série como se verá a seguir. Avaliar suas causas deverá ser um dos objetivos para correção neste fator perverso que afeta negativamente a vida dos alunos, o desempenho do sistema e o desenvolvimento municipal.

Também será necessária uma avaliação mais aprofundada nas causas do abandono nas escolas da rede municipal de Amontada tendo por referência o alto índice em que isso ainda ocorre, principalmente na oitava série, etapa conclusiva deste nível,

No entanto, mais grave ainda são os resultados expressos nas primeiras séries, cujo fracasso escolar chega próximo a 30 %, o que requer ações urgentes quanto às modificações na prática pedagógica nestas séries.

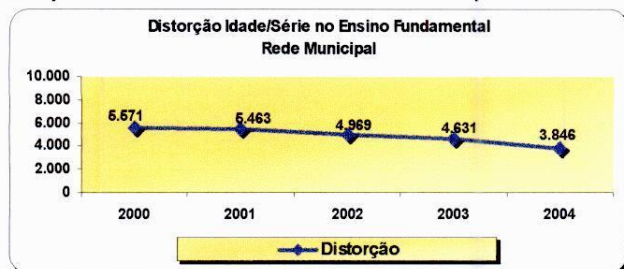
MOVIMENTO E Rendimento por Série em 2003

SÉRIE	ABANDONO		APROVADOS		REPROVADOS	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
1ª.	161	10,75	1038	69,34	298	19,91
2ª.	99	6,99	1028	72,60	289	20,41
3ª.	142	9,59	1095	73,99	243	16,42
4ª.	146	10,22	1062	74,32	221	15,47
5ª.	273	17,11	1093	68,48	230	14,41
6ª.	200	14,43	1090	78,64	96	6,93
7ª.	130	13,28	798	81,51	51	5,21
8ª.	231	25,47	669	73,76	07	0,77
TOTAL	1382	12,93	7873	73,65	1435	13,42

Entre as medidas que poderão ser tomadas para reduzir estes resultados negativos estão:

- capacitação de professores alfabetizadores,
- capacitação específica para as séries de 5ª. a 8ª.
- reordenamento de uma proposta pedagógica que envolva currículo e sistemática de avaliação,
- desenvolvimento de projetos de apoio ao reforço escolar
- desenvolvimento de atividades artísticas, esportivas e culturais nas escolas
- recuperação de estudos paralela ao longo do ano

Distorção Idade/Série do Ensino Fundamental na rede Municipal



Ano	Distorção	% de Distorção
2000	5.571	54,6
2001	5.463	51,6
2002	4.969	46,7
2003	4.631	43,5
2004	3.846	36,3

É possível observar que a distorção na relação idade-série vem sendo reduzida ao longo dos anos, resultado do esforço que o Município vem desenvolvendo neste sentido. Entretanto ainda existem muitos alunos além da faixa etária adequada nas escolas de Amontada.

Avaliações feitas durante a oficina de planificação apontam como outras causas, além das já identificadas, o preconceito existente com relação aos programas de Educação de Jovens e Adultos, que poderia absorver alunos já adultos que se encontram matriculados nas classes do ensino fundamental regular.

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE – 2003

SÉRIE	DISTORÇÃO	
	Absoluto	Percentual
1ª.	206	11,3
2ª.	355	28,5
3ª.	367	30,8
4ª.	473	36,4
5ª.	582	45,5
6ª.	563	50,8
7ª.	484	45,7
8ª.	619	63,4

METAS	AÇÕES
Reduzir a Evasão Escolar para menos de 5 % até o 5º ano deste Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e Adequação da proposta Politico-pedagógica do Município contemplando a estruturação curricular e definição da sistemática de avaliação e acompanhamento • Capacitação continuada dos profissionais • Desenvolvimento de programas culturais – artísticos – esportivos vinculados à escola.
Reduzir a Reprovação escolar para menos de 3 % até o 5º. Ano deste Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos professores em áreas específicas • Desenvolvimento de uma sistemática de avaliação que permita identificar e agir com mais presteza sobre as dificuldades na aprendizagem • Estabelecimento de um Programa de Avaliação de Desempenho que permita colher os dados para subsidiar o planejamento da rede.
Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados que venham a ser desenvolvidos	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de Verificações padronizadas de aquisição dos objetivos mínimos de aprendizagem por série • Planejamento das interferências diante da avaliação dos resultados
Reduzir a Distorção idade Série para menos de 10 % até o final da vigência deste plano	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Educação de Jovens e Adultos para as turmas de 5ª. a 8ª. Série • Desenvolvimento de Classes de Aceleração de Aprendizagem

OBJETIVO 7 – APERFEIÇOAR A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica, prerrogativa dos profissionais que atuam no ensino, é reforçada com as ações de gestão e complementada pelos suportes necessários à prática no cotidiano escolar.

Para que a mesma possa acontecer, torna-se necessária uma capacitação permanente dos educadores, embasada na formulação de uma proposta pedagógica clara que contemple a

organização curricular em adequação às demandas para o desenvolvimento sustentável do Município.

A capacitação dos educadores também precisa contemplar o reforço em áreas de estudo que apresentam resultados críticos vem como daquelas que vêm sendo relegadas à categoria de pouca importância tais como o estudo da Arte, da Educação Física e da Língua Estrangeira.

Essa proposta deverá incluir ainda a reorganização específica do ensino rural diante das particularidades locais, prevendo formas mais flexíveis de organização escolar bem como a inserção das temáticas transversais essenciais à educação cidadã: meio ambiente, saúde, sexualidade, ética e respeito à diversidade.

Também será necessário ampliar a capacitação dos profissionais diante da educação inclusiva dos portadores de necessidades especiais, demanda que está sendo ampliada pela pressão que ora exerce a sociedade neste sentido.

METAS	AÇÕES
O Município deverá desenvolver sua proposta político pedagógica até o segundo ano da vigência deste plano	<ul style="list-style-type: none">• Realização de momentos de estudo e capacitação voltados par o desenvolvimento da proposta político-pedagógica• Sistematização da Proposta
O Município deverá desenvolver um programa de formação continuada	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação permanente dos educadores diante das necessidades específicas verificadas
O Município deverá desenvolver um programa de monitoria e acompanhamento da implementação dos Projetos Pedagógicos propostos	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da sistemática de monitoria e Acompanhamento

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o País: atinge 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos. O analfabetismo está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

Uma concepção ampliada de alfabetização, abrangendo a formação equivalente às oito séries do ensino fundamental, aumenta a população a ser atingida.

Em Amontada o Município vem avançando na oferta dessa modalidade de ensino, apontado para os seguintes resultados:

- Expansão do Programa
- Ampliação e Capacitação permanente dos professores
- Ampliação para o segundo segmento (5º e 6º. Ano)
- Aprovação de projeto para criação de um CEJA
- Acompanhamento pedagógico em desenvolvimento

Embora alguns aspectos no funcionamento dessa modalidade sejam animadores – presença expressiva dos educadores nas reuniões e capacitações - ainda é alta a população analfabeta no Município.

Percentual da População Analfabeta – 1991-2000

Faixa Etária	1991	2000
7 a 14 Anos	46,18	29,37
> 15 Anos	49,5	36,57

Fonte: PNUD

Evolução das Matrículas

Matrículas		2001	2002	2003	2004
Alfabetização	Turmas	10	-	-	-
	Matricula	233	-	-	-
1ª. a 4ª.	Turmas	26	54	75	86
	Matricula	789	1549	1885	1983
5ª. a 8ª.	Turmas	-	-	-	-
	Matricula	-	-	-	-
TOTAL	Turmas	36	54	75	86
	Matricula	1022	1549	1885	1983

Matrícula por Idade na EJA

Faixa Etária	2001	2002	2003	2004
< 15 anos	9	8	1	12
15-17	42	60	69	62
18-24	158	238	283	240
25-29	145	220	257	264
30-34	144	239	244	281
35-39	154	199	255	252
> 39	370	586	776	872

Outros problemas são apresentados no desenvolvimento dessa modalidade:

- Não há um compromisso em boa parte dos diretores das escolas
- Evasão alta
- Desvalorização e preconceito pela modalidade
- Atraso nas verbas dificultando pagamento de salários, merenda e material didático
- Problemas de deficiências visuais de alunos
- Falta incentivos para os alunos
- Em algumas escolas falta apoio de auxiliares de serviços.

Além disso, também deverá ser perseguida uma formação específica que contemple os aspectos da andragogia e a vinculação desse ensino com a preparação para o mercado de trabalho.

OBJETIVO 8 - GARANTIR A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS AMPLIANDO A OFERTA

Ampliar o atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais garantindo o atendimento adequado diante de suas necessidades nas unidades escolares.

Deverão ser metas para o desenvolvimento dessa modalidade:

METAS	AÇÕES
Ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos incentivando o aumento da demanda para a redução do analfabetismo	<ul style="list-style-type: none">• Estruturação de um setor próprio para a modalidade• Formação específica para os professores• Ampliação da oferta de EJA para o ensino médio• Desenvolvimento de um programa de apoio à superação das deficiências visuais dos alunos• Inclusão do EJA no cotidiano escolar.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Essa modalidade no Município ainda é bastante incipiente. Houve um incentivo à matrícula e um levantamento de dados por ocasião do censo escolar e no ato da matrícula mas, pelo que se verifica, foi constatado que as crianças com necessidades especiais estão freqüentando as escolas porém não há nenhum direcionamento pedagógico que facilite a sua aprendizagem.

Em relação a isso, falta formação para os professores, estruturação física e instalações adequadas nas escolas, profissionais especializados na área (psicólogos, psico-pedagogos, psiquiatras), recursos financeiros e pedagógicos, parceria e articulação entre as secretarias de saúde, educação e assistência social; acompanhamento familiar e transporte escolar próprio.

OBJETIVO 9 - AMPLIAR O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS UNIDADES ESCOLARES.

Diante da situação acima exposta é uma meta:

METAS	AÇÕES
Levantamento de dados e informações completas e fidedignas sobre a população a ser atendida até os seis primeiros meses do plano	<ul style="list-style-type: none">• Realizar censo sobre as necessidades especiais no Município• Divulgar os resultados em um fórum específico
Capacitar 80 % dos professores do ensino fundamental e educação infantil no prazo de cinco anos	<ul style="list-style-type: none">• Identificação das necessidades específicas de capacitação• Capacitação de professores e servidores das unidades escolares
Estabelecer, no prazo mínimo de dois anos de vigência deste plano, os padrões mínimos de infra-estrutura das escolas e iniciar a sua adequação	<ul style="list-style-type: none">• Levantamento das necessidades• Definição dos padrões• Adequação da estrutura física das escolas
Implantação de um Centro de Apoio à Educação Especial até o sexto ano de vigência deste Plano	<ul style="list-style-type: none">• Formar uma equipe de apoio com profissionais capacitados (psicólogo, terapeuta ocupacional, etc.)• Equipar espaço para constituição do centro de apoio
Estabelecer parcerias com organizações governamentais e não governamentais para a execução de projetos de suporte à educação especial	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de projetos• Aquisição de materiais específicos• Adaptação de transporte escolar

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

De acordo com os dados abaixo é possível verificar a evolução no processo de formação do magistério municipal, atendendo às determinações legais

Professores do Ensino Fundamental por Formação.

	2001	2002	2003	2004
Fundamental Incompleto	7	-	-	-
Fundamental completo	16	-	1	-
Médio com Magistério	72	109	103	137
Outra formação Média	19	18	2	18
Superior com Licenciatura	180	176	221	240
TOTAL	294	303	327	395

FONTE: Censo escolar

PROFESSORES - QUANTIDADE POR NÍVEL / MODALIDADE DE ATUAÇÃO - 2004

	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Creche	-	25	1
Pré-Escolar	-	47	5
Ensino Fundamental	28	305	4
Ensino Médio	77	-	-
EJA	3	88	-
TOTAL	108	466	10

FONTE: Censo Escolar 2004

Entretanto, vários são os problemas que circundam a valorização do magistério municipal:

- Excesso de professores no quadro
- Plano de Carreira desatualizado e negociações empacadas
- Inexistência de critérios que orientem a lotação dos professores
- Capacitação ainda pouca diante das demandas surgidas (em especial com a educação especial)
- Salário sem reajuste durante muitos anos, ocasionando perdas salariais.
- Poucos programas de apoio/ reforço à formação cultural do professor.

OBJETIVO 10 : ASSEGURAR AS VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

METAS	AÇÕES
Implantação de Política de Valorização do Magistério Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Realização de estudo para revisão do Plano de Carreira do Magistério valorizando a progressão via desempenho.• Implantação progressiva do turno integral para todos os profissionais da rede municipal de ensino garantindo jornada de trabalho integral com horas destinadas aos estudos, planejamentos e atividades extracurriculares.• Elevação gradativa da remuneração e a carga horária dos profissionais do magistério a partir de estudo pormenorizado associado ao Plano de Carreira

GESTÃO

OBJETIVO 11 – DESENVOLVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Para que seja desenvolvida a gestão democrática preconizada na legislação educacional, torna-se necessário desenvolver um sistema onde se promova a efetiva desburocratização e a sua descentralização, apoiados em sistemas de informação e de avaliação, bem como dos mecanismos que garantam a transparência e o controle social.

O Município de Amontada já desenvolveu a implantação de unidades executoras que gerenciam os recursos do programa Nacional Dinheiro Direto na Escola, pôs em funcionamento o Conselho Municipal de Educação e os demais conselhos setoriais (Controle do FUNDEF e Merenda Escolar) e vem desenvolvendo a comunicação entre os membros da rede através da realização de Fóruns, Seminários e Oficinas Pedagógicas.

Entretanto alguns entraves ainda são visíveis no avanço rumo à gestão descentralizada e democrática:

- Os gestores escolares não são selecionados através de um processo bem definido, o que resulta na escolha de diretores sem a devida capacitação para a gestão escolar.
- A autonomia administrativo-financeira das escolas ainda é pequena. Isso é expresso na ausência de participação dos diretores no processo de lotação dos professores e no desconhecimento das habilidades dos referidos professores quando são lotados nas unidades por eles geridas. Também é queixa corrente as dificuldades na gestão cotidiana em relação à inexistência de recursos para suprir pequenas necessidades do cotidiano escolar.
- Os problemas decorrentes das dificuldades no programas de apoio refletem na boa gestão da escola. Assim é que os atrasos nos processos licitatórios, as inadequações em alguns

veículos da frota de transporte escolar, o atraso na entrega dos diários de classe, dos livros didáticos e a não existência de uma ajuda de custo para os deslocamentos dos profissionais comprometem aspectos da gestão pretendida.

- Não existe uma avaliação de desempenho profissional e nem institucional. Isso dificulta tomadas de decisão e impede o desenvolvimento de uma valorização mais clara das funções de magistério.
- A articulação da rede municipal com a rede estadual é precária, dificultando a tomada de medidas comuns, base para o desenvolvimento do Plano de Educação.
- As escolas não estão informatizadas e nem conectadas à rede mundial de computadores. Este fato, diante da velocidade atual da informação, tem colocado as escolas numa posição de atraso frente ao mundo real.
- As articulações internas da rede municipal ainda são precárias. As informações provenientes da Secretaria Municipal de Educação ainda não conseguiram a eficiência na sua veiculação, sendo elemento entravador na boa gestão da educação.
- A atuação dos conselhos escolares ainda é restrita à operação dos recursos do PDDE ficando sua atuação na gestão escolar muito aquém da real função destes organismos.
- Não existe ainda uma cultura de agremiações nas unidades escolares, o que dificulta a participação dos estudantes na sistemática de gestão educacional.

Diante do diagnóstico atual será necessário um reforço maior do Município na busca do alcance das metas abaixo descritas:

METAS	AÇÕES
Até o quarto ano do Plano, o Município deverá ter desenvolvido uma sistemática de gestão que contemple, entre outras medidas, o processo de seleção e acompanhamento dos gestores	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de Fórum Permanente para definição da sistemática de gestão, acompanhamento e controle • Definição da Política de seleção, capacitação e avaliação dos gestores
Até o final da vigência do Plano, o Município deverá ter desenvolvido um programa de descentralização administrativo-financeira que possibilite às escolas gerenciarem seus próprios recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de um Programa de repasse financeiro para as escolas com sua respectiva sistemática de acompanhamento e controle • Definição de procedimentos para lotação e remanejamento de professores com a participação direta dos gestores.
O Município deverá estabelecer uma sistemática de avaliação de desempenho profissional e institucional até o segundo ano do Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e implantação da Avaliação de Desempenho do Magistério, associada à progressão horizontal na carreira. • Desenvolvimento da Avaliação Institucional permanente
Todas as escolas deverão ter constituídos os seus conselhos escolares e/ou agremiações similares até o final do Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos conselheiros • Capacitação dos gestores para a estimulação à participação e controle social

<p>O Município deverá desenvolver um sistema de informação assentado na informatização de dados que contemple, pelo menos, 50 % das escolas dentro de cinco anos e todas as escolas até o final do Plano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação de uma política de informação e comunicação na rede municipal • Equipamento das unidades escolares com recursos da informática • Capacitação permanente dos profissionais
<p>A Secretaria Municipal de Educação deverá, no curto prazo, desenvolver uma política de articulação com a rede estadual, de modo a reforçar o regime de colaboração entre os dois entes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição das necessidades de cooperação mútua • Pactuação entre as redes através de instrumentos simples tais como acordos e/ou convênios de Cooperação

FINANCIAMENTO DO PLANO

As ações aqui previstas deverão ter por base de financiamento os recursos previstos na legislação para o desenvolvimento do ensino, acrescidos por outros recursos que o Município possa disponibilizar e/ou obter por outras fontes tais quais o FNDE, Programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação, Governo do Estado e outros órgãos .

Caberá ao Município definir, dentro da sua programação orçamentárias, quais as ações prioritárias a partir da sua previsão nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO

O Plano aqui aprovado deverá ser desenvolvido tendo como Coordenador o órgão gestor da educação municipal, no caso a Secretaria de Educação, e contar com as demais instâncias municipais na sua consecução e acompanhamento, com destaque para a participação do Conselho Municipal de Educação, Sindicato dos Servidores Públicos e conselhos setoriais e escolares.

Como estratégia de monitoria de avaliação, fica a sugestão da realização de um Fórum anual amplo que permita avaliar as ações realizadas, os avanços obtidos, os entraves verificados e apontar medidas para a correção de desvios.

